

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2019

O Município de Itirucu, Estado da Bahia, por intermédio de sua Pregoeira, Sra. Adriana Kruschewsky Nunes Bitencourt, designada pela Portaria nº. 004, de 02/01/2019, TORNA PÚBLICO, para ciência dos interessados que promoverá licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, a ser realizada no dia **22/07/2019, às 09:00** (nove horas) na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Juscelino Kubitschek nº. 78, Bairro Centro, a qual será regida com fundamento nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, em seus artigos 37, inciso XXI, e 170, inciso IX, na Lei Federal nº. 10.520/2002, Decreto Federal nº. 3.555/2000, Lei Federal nº. 11.788/2008, Lei Complementar Federal nº. 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014, bem como, pelas normas contidas neste Edital e seus anexos, aplicando-se, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666/93 e demais legislações específicas do objeto licitado.

As empresas interessadas poderão obter cópias deste Edital, no endereço eletrônico www.itirucu.ba.gov.br/transparência/licitações, ou mediante solicitação ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itirucu, no endereço indicado no preâmbulo, mediante recolhimento das respectivas custas de impressão, orçadas no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

1 - DO OBJETO E DO PREÇO MÁXIMO

O presente pregão tem por objeto a contratação de agente integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágios supervisionados, no âmbito da Prefeitura Municipal de Itirucu, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, nos termos da Lei Federal nº. 11.788/2008, conforme especificações constantes no Termo de Referência que constitui o ANEXO I, parte integrante deste Edital.

1.1. O preço máximo deste certame é fixado em R\$ 511.200,00 (quinhentos e onze mil e duzentos reais), restando desclassificadas sumariamente as propostas que apresentarem valores superiores à este.

1.2. A competição se dará pelo critério de menor percentual da taxa de administração, cujo valor máximo é fixado em 10% (dez por cento), devendo a licitante formular sua proposta e lances observando o percentual máximo definido, sem possibilidade de ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.

2 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste pregão as empresas regularmente estabelecidas no país, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos, e que comprovem, na fase de habilitação, possuírem os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste edital.

2.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão, na data indicada neste Edital, entregar à pregoeira dois envelopes fechados com as identificações "ENVELOPE Nº 1 - PROPOSTA" e "ENVELOPE Nº 2 - DOCUMENTAÇÃO", contendo nas partes externas o nº. deste pregão, o nome da licitante, local, data e hora da realização do certame, nos termos do subitem 2.4 adiante.

2.1.1. Não serão aceitos envelopes enviados via postal, sendo permitida a participação apenas de licitantes cujos representantes estejam presentes na sessão.

2.2. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as 09:00 horas do dia 22/07/2019.

2.3. Estão impedidas de participar direta ou indiretamente deste certame as empresas:

a) que se apresentem constituídas sob a forma de empresas em consórcio, empresas coligadas, controladas e controladoras entre si ou com a mesma constituição societária;

- b) sociedade estrangeira que não funcione no país;
- c) que se encontrem em processo de recuperação judicial ou concordata em andamento ou que hajam tido sua falência já decretada, sob qualquer outra forma de concurso de credores, bem como de liquidação, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;
- d) que tenham sido declaradas impedidas ou inidôneas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e respectivas entidades da administração indireta;
- e) que tenham sido suspensas de contratar com a Prefeitura Municipal de Itirucu/BA;
- f) que possuam entre seus sócios, servidor ou agente político do Município de Itirucu/BA;
- g) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

2.3.1. A omissão da licitante ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

2.4. Para participação no certame, deverão ser apresentados os seguintes elementos:

a) **PROPOSTA DE PREÇOS**, elaborada de acordo com o especificado no Capítulo 4 deste Edital, acondicionada em envelope lacrado, não transparente, com as indicações descritas no item 2.1;

b) **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, conforme especificado no Capítulo 6 deste edital, acondicionada em envelope lacrado, não transparente, com as indicações descritas no item 2.1;

c) **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, documento em que a licitante declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme inciso VII do art. 4º, da Lei 10.520/2002;

c.1) a declaração não deverá ser acondicionada em qualquer dos envelopes (proposta ou documentação), uma vez que o conteúdo destes somente será apreciado após a verificação, pela Pregoeira, da legalidade da declaração de habilitação;

c.2) a declaração deverá ser elaborada de acordo com o modelo que constitui o ANEXO II, deste Edital, para as empresas em geral, ou do ANEXO III, no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, e estar acompanhada de documento que comprove os poderes do signatário para representação da licitante (contrato social, estatuto social, registro comercial ou documento equivalente), bem como de seu documento de identificação, todos na forma prevista no subitem 2.4.1 adiante;

c.3) a declaração poderá ser firmada pelo representante da licitante, no momento da entrega dos envelopes de proposta e documentação, caso não tenha sido pré-elaborada, desde que este tenha poderes para tal fim.

2.4.1. Ressalvados os documentos extraídos da Internet, cuja autenticidade deverá ser devidamente aferida pela Pregoeira, que deverão ser apresentados nos originais, assim como as propostas, declarações e demais anexos previstos neste Edital, os demais documentos para participação no certame deverão ser apresentados em reproduções autenticadas em cartório, sendo admitida a autenticação por membro da equipe do pregão, mediante confrontação com os originais.

2.4.2. Não serão aceitos protocolos referentes a solicitações feitas nas repartições competentes quanto à documentação exigida, ou cópias ilegíveis, ainda que autenticadas.

2.5. A empresa interessada em participar desta licitação que estiver enquadrada na definição do art. 3ª da Lei Complementar nº. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), deverá declarar expressamente sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme indicado na Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, de modo que lhes sejam aplicados os benefícios conferidos no Capítulo V da referida Lei.

2.5.1. A ausência da declaração de que detém a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, importará na equiparação da empresa com as demais empresas não abrangidas pela LC nº. 123/2006, e a renúncia aos benefícios dessa lei atinentes à participação em licitações públicas.

2.5.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte esteja com alguma restrição quanto à documentação relativa à regularidade fiscal, e for se utilizar da prerrogativa prevista no item 5.15.1 deste Edital, deverá ressaltar esta circunstância na declaração de habilitação.

2.6. No prazo mínimo de dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente ato convocatório, quanto às falhas e irregularidades que o viciarem.

2.6.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, que implique em alteração das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

2.6.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório.

3 - DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

As licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira por meio de um representante, devidamente munido dos documentos previstos do subitem 2.4, sendo admitida a nomeação de procurador, caso em que deverá ser apresentado o respectivo instrumento de procuração, contendo poderes para participar deste procedimento licitatório, formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar a ata da sessão e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, o qual deverá ser elaborado de acordo com o modelo constante do ANEXO IV deste Edital.

3.1. No caso do documento de credenciamento apresentar algum problema, a licitante não restará impedida de participar do certame, estando apenas o seu representante proibido de manifestar-se durante a sessão, inclusive, no que diz respeito à efetuação de lances ou formalização de recursos.

3.2. Fica dispensada a exigência de firma reconhecida para o instrumento de procuração, devendo, entretanto, estar anexo a este o documento de identificação do procurador, na forma prevista no subitem 2.4.1 deste Edital.

4 - DA PROPOSTA

A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras e entrelinhas, sendo datada e assinada pelo representante legal da licitante, devendo constar:

a) nome (identificação) da licitante, endereço, número de telefone e/ou fax, CEP e nº do CNPJ;

b) especificação dos estágios, com indicação dos quantitativos e valores unitários e totais, mensal e anual, e respectivo valor total, com 02 (duas) casas decimais para os centavos, conforme fixado neste Edital;

c) indicação do percentual da taxa de administração proposta, expressa em números com duas casas decimais;

d) indicação do quantitativo e valores unitário e total, mensal e anual, do auxílio transporte, conforme fixado neste Edital;

e) indicação, em algarismos e por extenso, do valor global da proposta.

4.1. A proposta comercial deverá ser elaborada em conformidade com o Termo de Referência constante no ANEXO I deste edital, devendo ser utilizado o modelo constante no ANEXO V.

4.2. A simples participação neste certame implica:

a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

b) que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto desta licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais,

comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos;

c) que a licitante vencedora se compromete a efetuar o fornecimento do objeto pelos preços constantes em sua proposta;

d) que o prazo de validade da proposta é 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para início da sessão.

4.3. Serão corrigidos automaticamente pela Pregoeira quaisquer erros formais que não afetem o conteúdo da proposta, em especial:

a) erros de soma e/ou multiplicação;

b) falta ou inconsistências na data e/ou rubrica da proposta, que poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião;

c) ausência de indicação do nº do CNPJ e/ou endereço completo, que poderão, também, ser preenchidas com base nos dados constantes dos documentos apresentados.

4.3.1. Em caso de divergência entre os preços unitários e os totais, prevalecerão os primeiros, e entre os expressos em algarismos e os por extenso, serão considerados os últimos.

5 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DEMAIS DOCUMENTOS

No dia, hora e local previstos neste Edital, a Pregoeira receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação.

5.1. Concluída a abertura da sessão a Pregoeira procederá à identificação e ao credenciamento dos representantes legais presentes à sessão pública e, no prosseguimento, solicitará a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

5.1.1. A apresentação de instrumento de credenciamento em desacordo com o exigido neste Edital não acarreta a exclusão do certame; apenas impedirá o representante de se manifestar na sessão, inclusive no que concerne a oferta de lances.

5.1.2. Caso a licitante deixe de apresentar a declaração de atendimento às condições de habilitação e o representante desta presente a sessão não disponha de poderes para firmá-la na própria sessão, esta será excluída do certame, devendo ser devolvidos os seus envelopes 1 e 2.

5.1.3. Após a abertura da sessão não serão admitidos pedidos de desistência, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

5.2. Após, serão abertos os envelopes de propostas de preços (Nº 1) e verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

5.2.1. Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições deste edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo a Pregoeira negociar, visando obter preço melhor.

5.3. Será então, selecionada pela Pregoeira a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% relativamente a de menor preço.

5.4. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, a pregoeira classificará as melhores propostas seguintes as que efetivamente já tenham sido por ela selecionadas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

5.5. Às licitantes selecionadas na forma dos itens 5.3 e 5.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço.

5.6. Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.

5.7. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios e incompatíveis com o valor orçado pelo município.

5.7.1. Caso o representante presente não atenda prontamente a convocação da Pregoeira para oferta do lance verbal, será considerado que desistiu da disputa de preços, sendo imediatamente convocada a próxima classificada.

5.8. Será vencedora da etapa dos lances verbais a proposta que contiver o Menor Preço Global.

5.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pela pregoeira, implicará na exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais.

5.10. Após esse ato será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

5.11. Encerrada a etapa de lances, caso o menor preço tenha sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, que tenha declarado sua situação como tal na Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, esta será declarada vencedora.

5.12. Caso a proposta de menor preço tenha sido ofertada por empresa que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou que não tenha declarado sua situação como tal na forma estabelecida no item antecedente, a Pregoeira analisará as propostas de preços com valores até 5% (cinco por cento) superiores à de menor preço e:

5.12.1. não havendo, dentro desse intervalo, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, será declarada vencedora a empresa que ofertou a proposta de menor preço.

5.12.2. havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, a Pregoeira procederá da seguinte forma:

5.12.2.1. dará oportunidade à microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para que apresente uma última oferta, de valor obrigatoriamente inferior ao da proposta de menor preço;

5.12.2.2. se a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma do item anterior, efetivar nova oferta de preço, será, então, declarada vencedora;

5.12.2.3. caso contrário, será convocada a microempresa ou empresa de pequeno porte classificada subsequentemente, e as demais, obedecida a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

5.12.2.4. caso não haja nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma dos subitens 5.12.2.1 e 5.12.2.3, será declarada vencedora a empresa que ofertou originalmente a proposta de menor preço;

5.12.2.5. a oferta de novo preço por parte de microempresa ou empresa de pequeno porte será feita exclusivamente na própria sessão pública, através de seu representante credenciado, para o que lhe será concedido tempo não superior a 5 (cinco) minutos;

5.12.2.6. a ausência do representante legal, ou a não formalização de nova proposta no prazo fixado no subitem anterior, implica a renúncia ao benefício de oferta de novo preço.

5.13. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este Edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.

5.13.1. A licitante vencedora, após a etapa de lances, deverá reformular sua proposta, de acordo com o valor final negociado.

5.14. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a Pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação da licitante que apresentou a melhor proposta.

5.15. Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

5.15.1. Caso a vencedora seja uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, a mesma não será inabilitada de imediato, nos termos do que preconiza a Lei Complementar nº. 123/06, sendo a esta concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização das pendências verificadas, sendo que, a ausência da regularização nesse prazo implicará na decadência

do seu direito de ser contratada, facultado à administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

5.15.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte licitante esteja com restrição em algum dos documentos de regularidade fiscal, mesmo assim deverá apresentá-lo juntamente com os demais documentos de habilitação.

5.15.3. A não apresentação do documento, mesmo que esteja com restrição, importará na inabilitação da empresa.

5.16. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

5.17. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar a intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese de suas razões, devendo juntar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias.

5.18. Em caso de recurso, ficam as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

5.19. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira à vencedora.

5.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências, a qual, ao final, será assinada pela pregoeira e licitantes presentes.

6 - DA HABILITAÇÃO

A Habilitação ao presente pregão será efetivada pela apresentação dos documentos adiante relacionados, os quais deverão ser apresentados em envelope fechado, nos moldes do Item 2.1.

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
 - b.1) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do Cartão do CNPJ, extraído da internet;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;
- c) prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
 - d.1) é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 – SRCB/PGFN;
- e) Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

g) Comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;

h) Comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo órgão distribuidor da sede da Licitante, emitida no período de 90 (noventa) dias anteriores à abertura das propostas, dentro do prazo de validade.

6.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A Qualificação Técnica será comprovada mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Pregão.

6.5. OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

As licitantes deverão apresentar declaração de desimpedimento de licitar contendo atestado de que não possuem em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de Aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo constante no ANEXO VI deste Edital.

7 - DOS CRITERIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

No julgamento das propostas será considerado o critério de Menor Percentual da Taxa de Administração, desde que atenda as exigências deste Edital;

7.1. O objeto desta licitação será adjudicado pelo preço global à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

7.2. Na análise das propostas, a Pregoeira verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital, desclassificando aquelas que:

a) deixarem de apresentar qualquer documento exigido ou apresentá-los em desacordo com as regras e condições estabelecidas neste Edital;

b) apresentarem qualquer oferta ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza;

c) apresentarem proposta com prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias;

d) apresentarem preço de valor zero, irrisório ou manifestamente inexecutable, considerando-se assim aqueles que sejam inferiores ao custo total dos serviços.

7.3. Não será motivo de desclassificação a ausência na proposta apresentada de dados bancários, telefone, fax.

7.4. A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que a licitante se compromete aos prazos mínimos e máximos estabelecidos neste Edital.

8 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Declarada a vencedora do presente PREGÃO, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso por escrito, podendo juntar memoriais, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no Setor de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal de Itirucu.

8.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante em interpor recurso, ao final da sessão do pregão, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira à vencedora.

8.2. Qualquer recurso contra a decisão da Pregoeira não terá efeito suspensivo.

8.3. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.4. Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

8.5. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de publicação no órgão de imprensa oficial do município.

9 - DAS PENALIDADES

À licitante que, sem justa causa, não cumprir as exigências constantes desta licitação e os compromissos assumidos em suas propostas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados a juízo da Administração Municipal, através da Secretaria de Educação e Cultura, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, em função da natureza e gravidade da falta cometida, considerando ainda, as circunstâncias e o interesse da Administração:

a) advertência; ou

b) multa, correspondente de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

c) suspensão do direito de licitar pelo prazo máximo de até 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração por prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

9.1. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.2. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste item, realizar-se-á comunicação à licitante, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado nos cadastros correspondentes.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados com base neste Edital correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente, a saber:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

2.201 - GABINETE DO PREFEITO

2.202 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.203 - SECRETARIA DE FINANÇAS

2.204 - SECRETARIA DE TRANSPORTES

- 2.205 - SECRETARIA DE OBRAS
- 2.206 - SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS
- 2.207 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRÍCOLA
- 3.301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
- 4.401 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS
- 5.208 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE

- 2.003 - Gestão das Ações do Gabinete do Prefeito
- 2.006 - Gestão das Ações da Secretária de Administração
- 2.008 - Gestão das Ações da Secretaria de Finanças
- 2.010 - Gestão das Ações da Secretaria de Transporte
- 2.012 - Gestão das Ações da Secretaria de Obras
- 2.014 - Gestão das Ações dos Serviços Públicos
- 2.018 - Gestão das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrícola
- 2.031 - Gestão das Ações da Secretaria de Saúde
- 2.032 - Gestão das Ações da Atenção Básica à Saúde
- 2.048 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social
- 2.019 - Gestão das Ações da Secretaria de Educação
- 2.027 - Gestão das Ações da Educação Básica - FUNDEB 40%

FONTE DE RECURSOS: 00-Recursos Ordinários; 02-Saúde 15%; 14-SUS; 29-FNAS; 1-Educação 25%; 19-FUNDEB 40

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11 - DO PAGAMENTO

O pagamento efetivar-se-á em parcelas mensais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de prestação do serviço, após atestado, pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Itirucu, a correta prestação do serviço, bem como o cumprimento de todas as cláusulas do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) lista de especificação dos estagiários beneficiários, com indicação do mês de referência, unidade municipal de lotação e valores da bolsa-auxílio, auxílio-transporte e valor total, além do valor da correspondente taxa de administração;
- b) comprovação dos créditos efetuados nas contas bancárias dos estagiários, relativos ao pagamento correspondente ao mês imediatamente anterior;
- c) comprovação de contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais, em favor dos estagiários beneficiados, conforme previsto neste edital e anexos e respectivo contrato;
- d) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, bem como de manutenção de todas as demais condições exigidas por ocasião da contratação.

11.1. Nenhum pagamento será efetuado à licitante que vier a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12 - DO CONTRATO E DA ASSINATURA

A contratação será formalizada através de Contrato Administrativo, conforme modelo constante no ANEXO VII, parte integrante deste Edital.

12.1. A licitante vencedora que for convocada para assinatura do instrumento contratual e não o fizer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis perderá o direito à contratação, bem como poderá sofrer a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato e ficar temporariamente suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itirucu pelo período de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de Itirucu/BA.

12.2. No caso de descumprimento do prazo estabelecido, será facultado à Prefeitura Municipal de Itirucu convidar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços atualizados.

12.3. São de responsabilidade da licitante que vier a ser contratada as despesas referentes a registros ou outras quaisquer, seja de que natureza forem, as quais incidam ou venham a incidir sobre o contrato.

12.4. O Instrumento contratual poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além daquelas previstas no presente Edital de Convocação e no respectivo contrato, na Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993, com suas alterações posteriores, e demais normas aplicáveis aos contratos administrativos, as partes estão sujeitas as seguintes obrigações:

13.1. Obrigações da CONTRATADA

- a) cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais, em especial as obrigações específicas previstas no Termo de Referência, que constitui o ANEXO I do presente Edital;
- b) responder, por quaisquer danos que venham a causar ao município ou a terceiros, em função do objeto do contrato firmado;
- c) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- d) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e imposto que incidiam ou venham a incidir sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as correspondentes legislações federal, estadual e municipal;
- e) assumir, em relação aos seus empregados, todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto deste contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições e outras que venham a ser criadas ou exigidas pelo governo;
- f) manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- g) cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com a Lei nº 9854/99, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- h) informar, imediatamente, à CONTRATANTE, verbalmente e por escrito, quaisquer problemas ocorridos em relação à execução do contrato;
- i) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2. Obrigações da CONTRATANTE

- a) efetuar diretamente à CONTRATADA o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato, na integralidade dos seus termos;
- b) fiscalizar e conferir a prestação do serviço objeto do contrato.

14 - DO PRAZO E DA EXECUCAO DO OBJETO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, iniciando a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

14.1. A Unidade competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será a Secretaria de Educação e Cultura, observados os artigos 73 a 76, da Lei Federal nº 8.666/93.

15 - DO REAJUSTE CONTRATUAL

Os preços previstos no contrato não sofrerão reajuste, salvo em hipóteses previstas legalmente.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica ressalvado à autoridade competente para a aprovação do Pregão o direito de revogá-lo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo em caso de ilegalidade.

16.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital de Pregão, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento; se este incidir em dias sem expediente na Prefeitura Municipal de Itiruçu/BA, o término ocorrerá no primeiro dia útil subsequente.

16.3. Participar deste Pregão implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital e seus anexos, bem como na observância dos regulamentos administrativos.

16.4. A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar ou relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e propostas, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, podendo, inclusive, determinar a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

16.5. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente pregão, poderão ser solicitados por escrito à Pregoeira, de segunda a sexta feira, no horário de expediente normal, na Sede da Prefeitura Municipal de Itiruçu.

16.6. Qualquer cidadão ou empresa licitante é parte legítima para impugnar os termos do presente Edital. O pedido de impugnação, no entanto, deve ser feito mediante petição fundamentada, dirigida à Pregoeira e protocolado no Setor de Licitação, no endereço constante no preâmbulo, observando-se para tanto, o prazo fixado no item 2.6 deste Edital e o rito e as disposições estabelecidas no Decreto Federal 3.555/2000, e alterações posteriores.

16.7. O resultado deste Pregão será publicado na Imprensa Oficial do Município de Itiruçu e afixado no Átrio da Prefeitura Municipal de Itiruçu, na Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itiruçu - Bahia.

16.8. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a presente licitação.

17 - DOS ANEXOS

Integram de forma indissociável o presente Edital:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Declaração de Habilitação Preliminar (Empresas em Geral)

ANEXO III - Modelo de Declaração de Habilitação Preliminar (ME-EPP)

ANEXO IV - Modelo de Procuração

ANEXO V - Modelo de Proposta de Preços



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUÇU**

Rua Juscelino Kubitscheck nº 78, Centro, Itiruçu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

ANEXO VI - Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar

ANEXO VII - Minuta do Contrato.

Itiruçu/BA, 10 de julho de 2019

ADRIANA K. NUNES BITENCOURT
Pregoeira

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO: Serviços de Agente Integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágios supervisionados, no âmbito da Prefeitura Municipal de Itirucu, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, nos termos da Lei Federal nº. 11.788/2008.

2. REGIME DE EXECUÇÃO - O regime de execução é de empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8.883/94, e demais normas aplicáveis.

3. PRAZOS - O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo, a critério da CONTRATANTE e mediante termo aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60(sessenta) meses, conforme o artigo 57, inciso II, da lei 8.666/93.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os estágios serão realizados no município de Itirucu/BA, sendo ofertados a estudantes matriculados em instituições de ensino reconhecidas pelos órgãos competentes, cujo local das aulas esteja situado em distância compatível.

4.1 O número máximo de bolsas auxílio é fixado em 60 (sessenta) unidades, distribuídas aos estudantes dos ensinos médio, técnico e superior nos quantitativos de 10 (dez), 10 (dez) e 40 (quarenta), respectivamente.

4.2 Os estágios terão carga horária de 05 (cinco) horas diárias e 25 (vinte e cinco) horas semanais.

4.3 A duração máxima dos estágios será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período.

4.4 É assegurado aos estagiários, recesso remunerado de 30 (trinta) dias, preferencialmente durante o período de férias escolares, sempre que o estágio tenha duração superior a um ano, ou por período proporcional, no caso de estágio com duração inferior.

4.5 Os valores mensais das bolsas-auxílio, fixados segundo a natureza dos estágios, são os seguintes:

a) estudantes do ensino de nível médio - R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais);

b) estudantes do ensino de nível médio/técnico - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais);

c) estudantes do ensino de nível superior - R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

4.6 À bolsa-auxílio é acrescido o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), correspondente ao pagamento de auxílio transporte.

5. PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO - O preço será o indicado na proposta apresentada pela licitante vencedora, sendo composto pela parcela relativa aos valores das bolsas-auxílio e dos auxílios-transporte, destinados ao pagamento dos estagiários, e da parcela remuneratória para crédito da contratada, sob o título de taxa de administração.

5.1 O pagamento efetivar-se-á em parcelas mensais, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de prestação do serviço, após atestado, pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Itirucu, o cumprimento de todas as cláusulas do respectivo contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) lista de especificação dos estagiários beneficiários, com indicação do mês de referência, unidade municipal de lotação e valores da bolsa-auxílio, auxílio-transporte e valor total, além do valor da correspondente taxa de administração;

b) comprovação dos créditos efetuados nas contas bancárias dos estagiários, relativos ao pagamento correspondente ao mês imediatamente anterior;

c) comprovação de contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais, em favor dos estagiários beneficiados, conforme previsto neste edital e anexos e respectivo contrato;

d) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, bem como de manutenção de todas as demais condições exigidas por ocasião da contratação.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à licitante que vier a ser contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

5.3 Estão inclusos no preço todos os gastos com impostos e taxas, seguros, tributos, obrigações trabalhistas e demais encargos incidentes, ou que venham a incidir, sobre a prestação do serviço contratado.

5.4. Os preços contratados não sofrerão reajuste, salvo em hipóteses previstas em Lei.

6. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

O preço máximo da contratação é fixado em R\$ 511.200,00 (quinhentos e onze mil e duzentos reais), observado o percentual máximo de 10% (dez por cento) da Taxa de Administração, conforme planilha orçamentária adiante:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	
					MENSAL	12 MESES
1	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Médio - 5 horas/dia	bolsa	10	450,00	4.500,00	54.000,00
2	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Técnico - 5 horas/dia	bolsa	10	550,00	5.500,00	66.000,00
3	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Superior - 5 horas/dia	bolsa	40	650,00	26.000,00	312.000,00
SOMA		//	//	//	36.000,00	432.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		%	1	10	3.600,00	43.200,00
Auxílio transporte		verba	60	50,00	3.000,00	36.000,00
VALOR GLOBAL					42.600,00	511.200,00
VALOR GLOBAL ANUAL POR EXTENSO						

6.1 As quantidades informadas neste Item são meramente estimativas, tendo sido calculadas a partir de dados extraídos dos controles de contratações anteriores, sendo o pagamento baseado na quantidade de itens efetivamente fornecidos, ou seja, pagamento mediante a quantidade demandada.

6.2 O percentual da Taxa de Administração não incide sobre o valor do auxílio-transporte.

7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Além daquelas previstas no contrato, na Lei Federal nº. 8666/93, de 21/06/1993, com suas alterações posteriores, e demais normas aplicáveis aos contratos administrativos, as partes estão sujeitas as seguintes obrigações:

I. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) manter ajustes com instituições de ensino público ou privado que comprovem idoneidade, devidamente reconhecidas pelos órgãos competentes, cujas aulas ocorram na região de Itirucu/BA e cidades próximas, objetivando a realização de estágios;

b) obter das instituições de ensino informações sobre a programação curricular para cada curso;

c) recrutar e pré-selecionar estudantes candidatos a estágio, de acordo com as áreas de interesse da contratante, mediante processo seletivo de recrutamento simples, observando a legislação aplicável aos estágios no âmbito do poder público;

d) indicar candidatos pré-selecionados ao preenchimento de vagas de estágios ofertadas pela contratante;

- e) garantir a transição imediata de estagiários que fazem parte do quadro atual da contratante;
- f) emitir Termos de Compromisso de Estágio, tendo como partes a contratante, o estagiário e a instituição de ensino;
- g) realizar o acompanhamento administrativo dos estágios, em especial no que tange ao cumprimento integral da Lei Federal nº. 11.788/2008;
- h) prestar à contratante, sempre que necessário, informações acerca da prática dos estágios;
- i) contratar, em favor dos estagiários, seguro de vida e acidentes pessoais;
- j) repassar ao estudante o valor correspondente a bolsa-auxílio e auxílio transporte a que fazem jus, até o 3º (terceiro) dia útil após o seu recebimento da contratante, devendo este ser depositado em qualquer instituição financeira em que o estudante mantenha conta bancária;
- k) proceder a conferência, crítica e a destinação dos relatórios semestrais de acompanhamento dos estágios elaborados pela contratante, em conformidade com a Lei Federal nº. 11.788/2008;
- l) providenciar o desligamento ou substituição do estagiário, mediante o interesse e conveniência da contratante, entregando, na ocasião do desligamento, o respectivo termo de realização de estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos de estágio cumpridos e da avaliação de desempenho;
- m) operar como organização independente, fornecendo todos os materiais, instrumentos e mão de obra necessários à execução dos estágios;
- n) indicar e manter permanentemente um preposto responsável pelo gerenciamento dos serviços, devidamente investido dos poderes para tanto, para tratar dos assuntos relacionados ao contrato;
- o) responsabilizar-se por todos os custos inerentes aos estágios, tais como, seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias à oportunidade de estágios supervisionados sem vinculação trabalhista, regidos pela Lei Federal n.º 11.788/08;
- p) protocolizar nota fiscal eletrônica/fatura relativa ao numerário correspondente aos valores mensais das bolsas-auxílio, auxílio-transporte e da taxa de administração, cujo montante será repassado pela contratante, observado o prazo previsto neste edital;
- q) manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- r) cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com a Lei Federal nº 9854/99, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- s) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- t) responder, por quaisquer danos que venham a causar ao município ou a terceiros, em função da execução do objeto contratado.

II. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) informar à contratada sobre a oferta de vagas de estágios em sua estrutura de funcionamento, com indicação das respectivas áreas de atuação, para fins de seleção de candidatos ao seu preenchimento;
- b) assinar e colher as assinaturas dos estagiários nos Termos de Compromisso de Estágios elaborados pela contratada e encaminhá-los à esta no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento;
- c) acompanhar a frequência mensal dos estagiários;

- d) elaborar o Plano de Atividades do estagiário, para fins de incorporação ao correspondente Termo de Compromisso de Estágio;
- e) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- f) indicar servidor da sua força de trabalho, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até o máximo de 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- g) manter a disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;
- h) entregar à contratada, por ocasião do desligamento do estagiário, o termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- i) elaborar e enviar à contratada e à instituição de ensino, em periodicidade semestral, o relatório das atividades desenvolvidas nos estágios, com vista obrigatória dos estagiários;
- j) assegurar às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio oferecidas;
- k) orientar e avaliar tecnicamente o desempenho dos estagiários;
- l) permitir a supervisão didática, por parte da instituição de ensino, a qualquer tempo, inclusive durante o horário do estágio;
- m) informar imediatamente à contratada a interrupção ou conclusão do estágio, ou eventuais modificações das condições acordadas no Termo de Compromisso de Estágio;
- n) reduzir a jornada de estágio pela metade, nos períodos de avaliação de aprendizagem previamente informados pelos estagiários, mediante declaração da instituição de ensino;
- o) assegurar ao estagiário período de recesso remunerado proporcional ao semestre efetivamente estagiado, a ser gozado, preferencialmente, durante as férias escolares, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008;
- p) permitir a participação do estagiário em oficinas de capacitação e eventos similares promovidos pela contratada;
- q) expedir o certificado de estágio aos estudantes que tenham concluído o estágio com aproveitamento satisfatório;
- r) efetuar diretamente à CONTRATADA o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato, na integralidade dos seus termos.

7.1 A contratada será responsabilizada civilmente se indicar estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não haja previsão curricular.

7.2 A contratada não poderá transferir, subcontratar ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato ou de sua execução.

8. ORIGEM DOS RECURSOS - As despesas decorrentes da execução dos serviços contratados correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente, a saber:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

2.201 - GABINETE DO PREFEITO

2.202 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.203 - SECRETARIA DE FINANÇAS

2.204 - SECRETARIA DE TRANSPORTES

2.205 - SECRETARIA DE OBRAS

2.206 - SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

2.207 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRÍCOLA

3.301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

4.401 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

5.208 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

-
- 2.003 - Gestão das Ações do Gabinete do Prefeito
 - 2.006 - Gestão das Ações da Secretária de Administração
 - 2.008 - Gestão das Ações da Secretaria de Finanças
 - 2.010 - Gestão das Ações da Secretaria de Transporte
 - 2.012 - Gestão das Ações da Secretaria de Obras
 - 2.014 - Gestão das Ações dos Serviços Públicos
 - 2.018 - Gestão das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrícola
 - 2.031 - Gestão das Ações da Secretaria de Saúde
 - 2.032 - Gestão das Ações da Atenção Básica à Saúde
 - 2.048 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social
 - 2.019 - Gestão das Ações da Secretaria de Educação
 - 2.027 - Gestão das Ações da Educação Básica - FUNDEB 40%
- FONTE DE RECURSOS: 00-Recursos Ordinários; 02-Saúde 15%; 14-SUS; 29-FNAS; 1-Educação 25%; 19-FUNDEB 40
- ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

**ADRIANA K NUNES BITENCOURT
PREGOEIRA**



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR - EMPRESAS EM GERAL
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

HABILITAÇÃO PRELIMINAR

(NOME DA EMPRESA)

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, com sede situada na _____,
município de _____, estado _____, participante deste certame, por seu representante
legal abaixo assinado, DECLARA, na forma e sob as penas da Lei Federal nº 10.520/2002,
e demais normas pertinentes, que cumpre plenamente os Requisitos de Habilitação exigidos
para participação nesta licitação.

Por ser verdade, firma o presente em uma única via.

_____, ____ de _____ de 2019.
CIDADE/ESTADO DATA

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL

DOCUMENTOS ANEXOS:

- PROCURAÇÃO
- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO
- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCURADOR
- CONTRATO SOCIAL/REGISTRO DE EMPRESA INDIVIDUAL/OUTROS
- OUTROS



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR (ME-EPP)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

HABILITAÇÃO PRELIMINAR

(NOME DA EMPRESA)
inscrita no CNPJ/MF sob nº. _____, com sede situada na _____,
município de _____, estado ____, por seu representante legal, Sr(a)
_____, RG nº _____, e CPF nº _____,
adiante assinado(a), DECLARA que está enquadrada como microempresa ou empresa de
pequeno porte, de acordo com a definição do art. 3ª da Lei Complementar n.º 123/2006
(Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), e que atende
plenamente a todos os requisitos para esse enquadramento.

DECLARA, também, que deseja que lhe sejam aplicados os benefícios conferidos no
Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, bem como que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação exigidos para participação nesta licitação, na forma e sob as penas
da Lei 10.520/2002, e demais normas pertinentes.

(INFORMAR SE FOR O CASO) *Declara, ainda, no que se refere à regularidade fiscal, a
existência de situação de restrição junto _____, conforme certidão anexa, a
qual será regularizada no prazo legal.*

Por ser verdade, firma o presente em uma única via.

_____, ____ de _____ de 2019.
CIDADE/ESTADO DATA

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL

DOCUMENTOS ANEXOS:

- PROCURAÇÃO
- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO
- DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCURADOR
- CONTRATO SOCIAL/REGISTRO DE EMPRESA INDIVIDUAL/OUTROS
- OUTROS



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

PROCURAÇÃO

Através do presente instrumento, a empresa _____,
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)
inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____,
município de _____, estado _____, nomeia e constitui seu(ua)
bastante PROCURADOR(A) _____,
(NOME COMPLETO, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO)
portador(a) do Registro Geral nº _____, expedido pelo(a) _____, inscrito(a) no
CPF/MF sob o nº _____, residente na _____, nº
_____, município de _____, estado _____, a quem OUTORGA amplos poderes para
praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, especialmente
para apresentar proposta de preços, formular ofertas e lances, interpor recursos e desistir
deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar,
firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, enfim, praticar todos os atos
pertinentes ao referido certame.

_____, _____ de _____ de 2019.
CIDADE/ESTADO DATA

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL



SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A

Prefeitura Municipal de Itirucu/BA

At. Sra. Pregoeira.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

TELEFONE: _____

CNPJ: _____

CONTA BANCÁRIA: _____

BANCO: _____

AGENCIA: _____

OBJETO: Prestação de serviços de Agente Integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágios supervisionados, no âmbito da Prefeitura Municipal de Itirucu, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, nos termos da Lei Federal nº. 11.788/2008.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	
					MENSAL	12 MESES
1	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Médio - 5 horas/dia	bolsa	30	450,00	13.500,00	162.000,00
2	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Técnico - 5 horas/dia	bolsa	20	550,00	11.000,00	132.000,00
3	Estágio supervisionado no Ensino de Nível Superior - 5 horas/dia	bolsa	30	650,00	19.500,00	234.000,00
SOMA		//	//	//	44.000,00	528.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		%	1		XXX	XXX
	Auxílio transporte	verba	80	50,00	4.000,00	48.000,00
VALOR GLOBAL					XXX	XXX
VALOR GLOBAL POR EXTENSO						

Declaramos que:

- 1) Estamos cientes de que as quantidades informadas são meramente estimativas, tendo sido calculadas a partir de dados extraídos dos controles de contratações anteriores, sendo o pagamento baseado na quantidade de itens efetivamente prestados, ou seja, pagamento mediante a quantidade demandada.
- 2) Nos preços indicados nesta proposta estão computados todas as despesas de transporte, os tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem.
- 3) O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão da licitação.
- 4) Caso nos consagrarmos vencedores nesta licitação, o pagamento do preço do contrato, de acordo com nossa proposta financeira, será efetuado através de crédito bancário na conta acima especificada.

Itirucu/BA, _____ de _____ de 2019

CARIMBO DA EMPRESA E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA

Telefone (73) 3538-1200

E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70

www.itirucu.ba.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ÀO
MUNICÍPIO DE ITIRUCU/BA
Att. Sra. Pregoeira

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR

NOME DA EMPRESA

estabelecida na _____, município de _____,
estado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu representante legal, em
cumprimento às determinações das Leis Federais n.º 8.666/93 e alterações posteriores,
DECLARA, para fins de participação nesta licitação que:

- a) não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
- b) não foi declarada inidônea pelo Poder Público no âmbito de nenhuma esfera;
- c) não existe fato impeditivo à sua habilitação;
- d) não possui em seu quadro de sócios, nenhum titular de mandato eletivo ou cargo público no âmbito da Prefeitura Municipal de Itirucu;
- e) DECLARA, ainda, sob as penas da Lei, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,
() nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho,
() nem menores de 16 (dezesesseis) anos em outros trabalhos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em estrito cumprimento ao disposto no art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, estando ciente de que qualquer eventual infringência a esta regra, devidamente comprovada, acarretará imediata inabilitação, desclassificação e até a rescisão de eventual contrato a ser firmado.

E, por ser a expressão da verdade, firma a presente DECLARAÇÃO.

_____, ____ de _____ de 2019.
CIDADE/ESTADO DATA

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL



**SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU**

Rua Juscelino Kubitschek nº 78, Centro, Itirucu/BA
Telefone (73) 3538-1200
E-mail itirucu@itirucu.ba.gov.br

CNPJ 14.198.543/0001-70
www.itirucu.ba.gov.br

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019
ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº *****

CONTRATO ADMINISTRATIVO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE INTEGRADOR, COM A FINALIDADE DE VIABILIZAR OPORTUNIDADES DE ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRUCU.

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 164/2019

O MUNICÍPIO DE ITIRUCU, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Juscelino Kubitschek nº. 78, Centro, Itirucu/BA, inscrito(a) no CNPJ sob nº. 14.198.543/0001-70, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Lorena Moura Di Gregório, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob nº*****, com sede na *****, *****/**, representada por *****, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto

O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviços de Agente Integrador, com a finalidade de viabilizar oportunidades de estágios supervisionados, no âmbito da Prefeitura Municipal de Itirucu, para estudantes regularmente matriculados, com frequência efetiva em instituições de nível superior, de educação profissional e de ensino médio, em conformidade com a Lei Federal nº. 11.788/2008, nos termos do Edital do Pregão Presencial nº 020/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Regime de Execução

O regime de execução do presente contrato é o de Empreitada por Preço Global, conforme proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Edital do Pregão Presencial nº 020/2019 e seus anexos, que a este integra, independentemente de transcrição, e as Leis Federais nºs. 10520/02, 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA - Prazos

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/1993.

CLÁUSULA QUARTA - Preço, Condições de Pagamento e Reajustamento

O Preço Global estimado do presente contrato é fixado em R\$.....(.....), constante na proposta apresentada pela CONTRATADA, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do objeto contratado, sendo composto pela parcela relativa aos valores das bolsas-auxílio e dos auxílios-transporte, para repasse aos estagiários, e da parcela remuneratória para crédito da CONTRATADA, sob o título de taxa de administração.

4.1 O pagamento efetivar-se-á em parcelas mensais, de acordo com a efetiva execução dos serviços, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de execução, após atestado, pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Itirucu, a correta prestação do serviço, bem como o cumprimento de todas as cláusulas deste contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

a) lista de especificação dos estagiários beneficiários, com indicação do mês de referência, unidade municipal de lotação e valores da bolsa-auxílio, auxílio-transporte e valor total, além do valor da correspondente taxa de administração;

b) comprovação dos créditos efetuados nas contas bancárias dos estagiários, relativos ao pagamento correspondente ao mês imediatamente anterior;

c) comprovação de contratação de seguro de vida e de acidentes pessoais, em favor dos estagiários beneficiados, conforme previsto neste contrato e no Edital do Pregão Presencial nº. PP020/2019 e respectivos anexos;

d) comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, bem como de manutenção de todas as demais condições exigidas por ocasião desta contratação.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.3 Estão inclusos no preço todos os gastos com impostos e taxas, seguros, tributos, obrigações trabalhistas e demais encargos incidentes, ou que venham a incidir, sobre a prestação do serviço contratado.

4.4 Os preços contratados não sofrerão reajuste, salvo em hipóteses previstas em Lei.

CLÁUSULA QUINTA - Direitos e Obrigações das Partes Contratantes

Além daquelas previstas no Edital de Convocação do Pregão Presencial nº. 020/2019 e seus anexos, na Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993, com suas alterações posteriores, e demais normas aplicáveis aos contratos administrativos, as partes estão sujeitas as seguintes obrigações:

5.1 Obrigações da CONTRATADA

a) executar o objeto deste contrato com zelo e eficiência, comunicando imediatamente à CONTRATANTE sobre eventuais impropriedades eventualmente constatadas;

b) responder, por quaisquer danos que venha a causar ao município ou a terceiros, em função da execução do objeto ora contratado;

c) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

d) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e imposto que incidiam ou venham a incidir sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as correspondentes legislações federal, estadual e municipal;

e) assumir, em relação aos seus empregados, todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeições e outras que venham a ser criadas ou exigidas pelo governo;

f) manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

g) cumprir com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com a lei nº 9854/99, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

h) informar, imediatamente, à CONTRATANTE, verbalmente e por escrito, quaisquer problemas ocorridos em relação à execução do objeto contratado;

i) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.

5.2 Obrigações da CONTRATANTE

a) efetuar diretamente à CONTRATADA o pagamento das obrigações financeiras decorrentes deste contrato, na integralidade dos seus termos;

b) fiscalizar e conferir a prestação do serviço objeto deste contrato.

5.3 As partes obrigam-se a cumprir fielmente todas as cláusulas contratuais, em especial as obrigações específicas previstas no Termo de Referência, que constitui o ANEXO I do Edital de Convocação do Pregão Presencial nº. 020/2019, que deste é parte integrante, independente de transcrição.

5.4 A CONTRATADA não poderá transferir, subcontratar ou ceder total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato ou de sua execução.

CLÁUSULA SEXTA - Origem dos Recursos

As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente, a saber:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

2.201 - GABINETE DO PREFEITO

2.202 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2.203 - SECRETARIA DE FINANÇAS

2.204 - SECRETARIA DE TRANSPORTES

2.205 - SECRETARIA DE OBRAS

2.206 - SECRETARIA DE SERVIÇOS GERAIS

2.207 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AGRÍCOLA

3.301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

4.401 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

5.208 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE

2.003 - Gestão das Ações do Gabinete do Prefeito

2.006 - Gestão das Ações da Secretária de Administração

2.008 - Gestão das Ações da Secretaria de Finanças

2.010 - Gestão das Ações da Secretaria de Transporte

2.012 - Gestão das Ações da Secretaria de Obras

2.014 - Gestão das Ações dos Serviços Públicos

2.018 - Gestão das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrícola

2.031 - Gestão das Ações da Secretaria de Saúde

2.032 - Gestão das Ações da Atenção Básica à Saúde

2.048 - Gestão das Ações do Fundo Municipal de Assistência Social

2.019 - Gestão das Ações da Secretaria de Educação

2.027 - Gestão das Ações da Educação Básica - FUNDEB 40%

FONTES DE RECURSOS: 00-Recursos Ordinários; 02-Saúde 15%; 14-SUS; 29-FNAS; 1-Educação 25%; 19-FUNDEB 40

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.9.0.39. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Penalidades e Das Multas

A CONTRATADA reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa, previsto no art. 77 da Lei Federal nº 8666/93, sendo-lhes aplicadas as seguintes penalidades:

a) advertência; ou

b) multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso no início do fornecimento do objeto ou por dia de atraso na conclusão deste;

c) suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura de Itirucu, por prazo não superior a dois anos;

d) declaração de inidoneidade para participação em licitações;

e) suspensão dos pagamentos e, virtude da existência de irregularidades apontadas em relatório elaborado pela CONTRATANTE, até que as mesmas sejam sanadas pela CONTRATADA.

7.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato incidirá à CONTRATADA, garantida a ampla defesa, em multa de 10% (dez por cento) sobre o montante inadimplido.

7.2. As penalidades e multas previstas nesta cláusula são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras.

CLÁUSULA OITAVA - Da Rescisão Contratual

O presente contrato poderá ser rescindido observando-se o rito e os procedimentos dispostos no art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/1993, com aplicação das consequências previstas no art. 80, da citada norma.

CLÁUSULA NONA - Das Condições Gerais

Serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE, os relatórios, planos estatísticos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referente ao objeto do presente contrato.

9.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA.

9.2 Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos e a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA.

9.3 Não será permitido a CONTRATADA, subempreitar de forma parcial ou, ainda, subrogar este contrato.

9.4 Este contrato é regido pelas Leis Federais nºs 10.520, de 17/07/2002, e 8.666/93, de 21/06/1993, com suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA - Foro

As partes signatárias elegem o Foro da Comarca a que estiver jurisdicionado o Município de Itiruçu, Estado da Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas sobre o presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

ITIRUÇU - BAHIA

EM ___ DE _____ DE _____

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF Nº.

CPF Nº.

Certifico que o presente Contrato está em conformidade com a Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993, e demais normas aplicáveis aos Contratos Administrativos.

ADVOGADO
OAB/BA Nº